



ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR DE BENEFÍCIOS DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Processo nº 35014.158033/2021-14
Ref.: Ofício SEI nº 6110/2021/DIRBEN/INSS

BANCO C6 CONSIGNADO S.A. (C6 Consig), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 61.348.538/0001-86, com sede na Avenida Nove de Julho nº 3148/3186, CEP 01406-000, Jardim Paulista, São Paulo, vem, com fundamento no art. 5º, inciso XXXIV, da Constituição, apresentar requerimento de reconsideração, com pedido de efeito suspensivo, ao Ofício SEI nº 6110/2021/DIRBEN/INSS, e à Nota Técnica nº 50/2021 /DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/INSS, nos autos do processo administrativo indicado à epígrafe, pelos fundamentos que passa a expor.

I. DECISÃO OBJETO DO PRESENTE PEDIDO

1. O Banco C6 Consignado S.A. recebeu no dia 08.09.2021 Ofício SEI nº 6110/2021/DIRBEN/INSS, o qual notificou o Banco acerca da decisão de “aplicação da penalidade de suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC em

São Paulo/SP
Rua Vergueiro, 2016
12º andar - Cep 04102-000

+55 11 4871 0121

Brasília/DF
SHS Quadra 6 - Conjunto A
Bloco E - Complexo Brasil 21
Salas 302 a 308 - Cep 70316-000

+55 61 3202 8802

Rio de Janeiro/RJ
Rua da Quitanda, 52
9º andar - Cep 20011-030

+55 21 2532 1051



benefícios de aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social por 45 (quarenta e cinco) dias corridos”.

2. Entendeu a Diretoria de Benefícios que haveria indícios de:

- a. “Atividade de marketing ativo, oferta comercial, proposta, publicidade direcionada a beneficiário específico ou qualquer tipo de atividade tendente a convencer o beneficiário do INSS a celebrar contratos de empréstimo pessoal e cartão de crédito, com pagamento mediante consignação em benefício, antes do decurso de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da respectiva Data de Despacho do Benefício”;
- b. “Publicidade enganosa ou abusiva comprovada”;
- c. “Averbações de consignações em benefícios do RGPS sem o consentimento e a devida autorização do titular”;
- d. “Reclamações e recomendações oriundas de órgãos de fiscalização e/ou de defesa do consumidor, por prática lesiva ao beneficiário, referente à concessão de créditos”;
- e. “Reiteradas decisões judiciais em que a instituição financeira tem sido condenada por prática lesiva ao beneficiário ou ao INSS”;
- f. “Descumprimento das cláusulas do Acordo de Cooperação Técnica celebrado com o INSS”.

3. Em primeiro lugar, o Banco C6 Consignado esclarece que sempre pautou a sua atuação com transparência, ética, buscando o melhor atendimento aos seus clientes, o equilíbrio nas



relações do mercado consumidor e na necessária harmonização das relações jurídicas firmadas no âmbito do Código de Defesa do Consumidor.

4. Todos os contratos de crédito consignado firmados pelo banco com seus clientes estão em total conformidade com as regras aplicáveis às instituições financeiras, tendo como principais vetores normativos a Lei nº 10.820, de 2003, alterada pela Lei nº 13.172, de 2015, e, acima de tudo, a Instrução Normativa INSS nº 28, de 2008, razão pela qual, nem mesmo em tese, pode ser vislumbrada a ocorrência das condutas descritas na Nota Técnica nº 50/2021.

5. O C6 Consig está convicto de que não cometeu qualquer dessas faltas e o demonstrará com as provas adequadas durante a instrução do processo administrativo regular, motivo pelo qual passa-se a elencar os argumentos aptos à reconsideração do Ofício SEI nº 6110/2021/DIRBEN/INSS, demonstrando, em um primeiro momento, a necessidade de concessão de efeito suspensivo.

II. RAZÕES FORMAIS PARA O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

6. Como bem sabe V. Exa., os arts. 52 e 52-A da Instrução Normativa nº 28 admitem a aplicação das penalidades previstas em seus incisos quando “constatadas irregularidades” após a “observância do devido processo legal, respeitados o contraditório e a ampla defesa”, sendo que os diferentes incisos do art. 52-A exigem a notificação da instituição financeira “mediante ofício em que conste expressamente a descrição da conduta alegadamente irregular” (inciso II). Além disso, o inciso IV do mesmo art. exige que a defesa apresentada seja “motivadamente apreciada”.



7. No corpo da Nota Técnica nº 50/2021 que instruiu a decisão objeto do presente pedido existe a menção de mais de uma dezena de números de processos administrativos.¹ O C6 Consig foi chamado a apresentar esclarecimentos, e tempestivamente o fez, em alguns desses processos², mas, em relação a outros, não lhe foi dada vista e, até a presente data não lhe foi liberado acesso no sistema SEI.

8. Além disso, a Nota Técnica também acrescenta narrativas sobre as quais, salvo evento desconhecido nos processos aos quais o banco ainda não tem acesso, não lhe foi facultada a oportunidade de apresentar qualquer defesa ou informação pertinentes a tais condutas.³ Se havia a existência de qualquer indício de fatos novos ou adicionais, cabia ao INSS, antes de aplicação de severa sanção, intimá-lo a prestar esclarecimentos a respeito mediante ofício em que constasse expressamente a descrição da conduta alegadamente irregular.

9. O C6 Consig está convicto de que tem respostas e esclarecimentos mais do que satisfatórios a respeito de todos esses eventos e que demonstrarão cabalmente a não ocorrência de qualquer das faltas que justificariam, mesmo que fosse em tese, a aplicação de qualquer sanção, mormente a suspensão das operações. A própria Nota Técnica tomou o cuidado de dizer que existiriam apenas “indícios de irregularidades”, sem chegar a afirmar que tais indícios pudessem ser considerados irregularidades “constatadas após motivada apreciação” das defesas e das provas apresentadas pela instituição financeira.

¹ O item 4 da referida Nota, por exemplo, lista os “processos NUP 00409.904080/2020-33, 35014.333152/2020-73, 35014.340929/2020-56, 35014.344412/2020-36, 35014.312222/2020-50, 35014.333865/2020-37, 35014.287813/2020-81, 35014.352264/2020-23, 35014.357692/2020-42, 35014.299036/2020-18, 35014.295830/2020-92, 35014.330255/2020-81, 35014.004087/2021-52, 35014.145162/2021-34, 35014.152679/2021-80 e 35014.163632/2021-41”.

² O C6 Consig recebeu notificações somente dos seguintes processos: 00409.904080/2020-33, 35014.158033/2021-14, 35014.344412/2020-36, 35014.295830/2020-92 e 35014.330255/2020-81.

³ A título de exemplo, estão as alegações contidas nos itens 20 a 24 da Nota Técnica.



10. O requerente tem a certeza, também, de que a decisão objeto do presente pedido somente foi proferida porque os fatos alegados foram apreciados antes que o C6 Consig tivesse a oportunidade de apresentar sua defesa e sem a conclusão do exame abrangente e motivado das provas que serão apresentadas.

11. Com efeito, o C6 Consig reafirma que apresentará, no tempo próprio esclarecimentos quanto a todos os fatos que lhe são imputados e exercerá com amplitude, nos termos da regulamentação vigente, a sua defesa, inclusive com a interposição dos recursos administrativos cabíveis, tendo a firme convicção de que eles serão apreciados e acolhidos pela Administração.

III. POSSIBILIDADE DE ATRIBUIÇÃO DO EFEITO SUSPENSIVO

12. Além dos aspectos formais indicados no capítulo anterior, que apontam para a própria revogação ou alteração da decisão administrativa objeto da presente, também há de se ter em mente que, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 9.784, de 1999⁴, havendo justo receio de prejuízo decorrente da aplicação imediata da decisão, pode a autoridade atribuir efeito suspensivo à decisão até a apreciação final dos fatos na forma do devido processo legal.

13. É importante ressaltar que, no limite do que se apurou até o momento, considerando que o C6 Consig não teve acesso aos processos mencionados na Nota Técnica, a quase totalidade dos casos referidos na citada Nota foram contratados no ano de 2020 e foram concedidos mediante a prévia assinatura das Cédulas de Crédito Bancário pelo próprio punho dos mutuários. Em todos esses casos, apesar de ter plena convicção na regularidade das contratações, quando o C6 Consig tomou ciência da insatisfação dos clientes com os empréstimos, forneceu-lhes meios para que a operação fosse prontamente cancelada, sendo

⁴ Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.



que ocorreu o pleno ressarcimento ou reparação desses consumidores. Dessa forma, não há cliente lesado por qualquer conduta do Banco.

14. Com o objetivo de reforçar a segurança e prevenir fraudes, desde abril de 2021, o C6 Consig passou a adotar a biometria facial (prova de vida) e a geolocalização do consumidor no ato da contratação, para 100% da sua operação de empréstimo consignado. Com relação a aposentados e pensionistas do INSS, em agosto de 2021, cerca de 74% dos contratos de empréstimo foram formalizados de forma integralmente digital, enquanto cerca de 26% foram formalizados de forma física e com o auxílio dos meios digitais supracitados.

15. Os contratos são suficientemente claros e precisos ao identificar a modalidade de crédito que se está contratando, os encargos sobre ela incidentes e os mecanismos de pagamento e cobrança dos débitos correspondentes, conforme se verifica dos seus modelos gerais de contrato, em que constam de forma correta, clara, precisa e ostensiva, os termos e condições de cada operação de crédito que está sendo realizada, tudo devidamente esclarecido ao consumidor na formalização da operação.

16. Além disso, para que se evidencie ainda mais as suas boas práticas na comercialização dos seus produtos, e em demonstração da seriedade do Banco em buscar resolver eventuais problemas existentes, o C6 Consig tem adotado medidas para reduzir o índice de reclamações, ampliando a divulgação dos canais de atendimento do banco ao consumidor.

17. Por tudo isso, a concessão do efeito suspensivo aqui postulado não configura perigo de dano reverso, já que a situação econômico-financeira equilibrada do Banco não põe em risco o pagamento de eventual sanção pecuniária, se este ao final vier a resultar devida.

18. Há, portanto, grave e evidente perigo na aplicação imediata da medida cominada, a exigir pronta atuação da autoridade a fim de resguardar a eficácia do provimento final.



19. É o que desde já se requer, com o devido respeito, nos termos do art. 49, parágrafo único, do Decreto nº 2.181, de 1997 e do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 9.784, de 1999.

IV. POSSIBILIDADE DE GRAVE E IRREPARÁVEL PREJUÍZO AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

20. O requerente é instituição financeira que tem operado dentro das atividades permitidas pelo Banco Central do Brasil e, no curso dessa atividade altamente regulada, tem procurado contribuir para o aumento da oferta de crédito à população brasileira a preços substancialmente menores do que os praticados pela maioria dos seus concorrentes.

21. A suspensão determinada pelo Ofício SEI nº 6110/2021/DIRBEN/INSS, cujo efeito prático transcende à mera determinação de paralisação de uma atividade ou outra, chegando ao ponto de inviabilizar a principal forma de concessão de crédito a pessoas físicas no mercado brasileiro como um todo, e, no particular, do Banco C6 Consignado S.A., além ser uma injusta, precipitada e extremamente gravosa punição à instituição financeira, também causa grave e irreparável prejuízo aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social.

22. O C6 Consig é um dos principais provedores de crédito consignado aos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social e a suspensão das suas operações causará dificuldade para que parcela relevante da população tenha acesso ao crédito, cuja necessidade é de conhecimento de V. Exa. Somente nos últimos 6 meses, foram concedidas em média, 108.800 novas operações, que são realizadas em todo o território nacional. A suspensão das operações, ainda que temporária, implicaria numa dificuldade maior – e, em muitos casos, intransponível – para que a maior parcela desta população hoje atendida consiga ter satisfeita sua necessidade de crédito e financiamento.



23. Além disso, pela ordem natural da evolução dos negócios, parte relevante dos aposentados e pensionistas devedores dos contratos firmados com o C6 Consig podem receber propostas de portabilidade de outras instituições financeiras. A decisão proferida, se mantida nos moldes em que está, proíbe a retenção desses clientes pelo C6 Consig, ainda que o banco ofereça contraproposta mais vantajosa, seja em relação ao prazo de pagamento ou de taxas de juros menores, implicando em claro prejuízo aos consumidores.

24. A presença e a atuação do C6 Consignado no mercado de crédito consignado, além de oferecer aos clientes que o escolhem as comodidades e vantagens típicas da oferta de valor que ele faz ao seu público, também importa em relevante fator de “disciplina de mercado” para a atuação dos demais fornecedores de crédito na economia. A supressão de um concorrente relevante, com certeza, contribuirá para elevação de preços, redução do nível de serviço, ou ambos.

25. Ademais, a imposição de tais vedações operacionais ao ora requerente produz nefastos efeitos nas condições competitivas do mercado de crédito, na medida em que, a ser mantida a proibição, o C6 Consig estaria impedido de operar enquanto os demais provedores de crédito continuariam a operar livremente. Com isso, ficaria alijado do mercado uma instituição que se propõe justamente a aumentar a competitividade no sistema financeiro, oferecendo produtos e serviços em condições mais vantajosas ao consumidor.

26. Tão extrema e radical alteração das condições de isonomia entre as instituições financeiras autorizadas a conceder crédito no país, mormente quando determinada antes mesmo de formalmente instaurado o processo administrativo, não atende ao princípio da neutralidade, que deve pautar a atuação da Administração Pública em relação aos agentes econômicos no mercado. Qualquer ato da Administração que imponha uma desigualdade nas



condições de contratação de operações previstas em normas do Banco Central geraria uma inesperada alteração na forma como as instituições organizam os seus serviços para competir no mercado.

V. CONCLUSÃO

27. Por todos os motivos expostos, o C6 Consig, sem prejuízo de ressaltar o seu direito de apresentar as defesas e recursos cabíveis na esfera administrativa contra a decisão objeto do Ofício SEI nº 6110/2021/DIRBEN/INSS e Nota Técnica nº 50/2021/DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/INSS, pede a V. Exa. que, com base no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 9.784, de 1999, SUSPENDA *ad cautelam* os efeitos da decisão que determinou a suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC em benefícios de aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social determinada pelo ofício em questão, ficando tais efeitos suspensos até final e motivada decisão acerca dos fatos objeto dos processos administrativos ali referidos.

Brasília, 9 de setembro de 2021

Marcos Cavalcante de Oliveira
OAB/DF nº 56.261-A

Lívia B. F. Fortes Alvarenga
OAB/DF nº 24.108

Marina P. Antunes de Freitas
OAB/DF nº 37.075